

**TJ-SC – Analista Administrativo****Pessoal, vou comentar as questões da prova.**

Texto I: No orçamento de um ente da federação, a previsão total de receitas para um exercício foi de R\$ 240 milhões. As receitas lançadas totalizaram R\$ 220,5 milhões. Foram arrecadados R\$ 215 milhões e recolhidos R\$ 213,5 milhões no período. Quanto às despesas, 95% do valor fixado foi empenhado, R\$ 205 milhões foram liquidados, R\$ 200 milhões foram pagos e R\$ 28 milhões foram inscritos em restos a pagar.

51. A partir do informado no texto I e de acordo com as disposições da Lei nº 4.320/1964, em termos de execução orçamentária, a receita realizada (em milhões de reais) foi de:

- (A) 213,5;
- (B) 215;
- (C) 220,5;
- (D) 240;
- (E) 428,5.

**Pelo regime misto, são receitas do exercício as receitas arrecadadas. Gabarito: 215, opção B.**

52. A partir do informado no texto I e de acordo com as disposições da Lei nº 4.320/1964, em termos de execução orçamentária, a despesa executada (em milhões de reais) foi de:

- (A) 28;
- (B) 200;
- (C) 205;
- (D) 228;
- (E) 240.

**Pelo regime misto, são despesas do exercício as despesas empenhadas. Gabarito: 95% x 240 = 228, opção D.**

53. Conforme as normas vigentes no Brasil, nas entidades públicas os sistemas de contabilidade devem ser organizados em subsistemas que gerem informações específicas, de acordo com as necessidades dos usuários. Constitui uma informação gerada no âmbito do subsistema de informações patrimoniais:

- (A) resultado nominal;

**Subsistema patrimonial, gabarito.**

- (B) resultado orçamentário;

**Subsistema orçamentário.**

- (C) programação financeira;

**Subsistema de controle.**

- (D) contrapartidas de acordos;

**Subsistema de controle.**

- (E) custo de bens e serviços.

**Subsistema de custos.**

54. Após receber solicitação de um cidadão acerca dos empenhos relativos a obras de engenharia realizados pela entidade em um determinado período em um órgão público, o contador informou que só iria disponibilizar tais informações no relatório bimestral. Essa prática fere diretamente um dos objetivos da Contabilidade Aplicada ao Setor Público que é o(a):

- (A) controle de custos;
- (B) controle financeiro;
- (C) acompanhamento da gestão de recursos;
- (D) transparência da prestação de contas;
- (E) instrumentalização do controle social.

**Poderia ser D ou E, mas tende a ser mais a E (gabarito), pois ele cita o cidadão.**

62. Ao final de um determinado exercício, o Estado de Santa Catarina apurou o montante de R\$ 5,7 bilhões de Receita Corrente Líquida. A partir dessa referência, o limite prudencial da despesa total com pessoal do Poder Judiciário naquele exercício é (em milhões de reais):

- (A) 114;
- (B) 171;
- (C) 307,8;
- (D) 324,9;
- (E) 342.

**O limite total do Poder Judiciário no Estado é de 6% da RCL. Assim, o limite total seria:  $6/100 \times 5.700.000.000 = 342.000.000$ .**

**O limite prudencial =  $95\% \times 342$  milhões = 324,9 milhões. Gabarito D.**

63. A parte I do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, que aborda os Procedimentos Contábeis Orçamentários, trata da classificação orçamentária por fontes e destinações de recursos. Acerca dessa classificação, analise as afirmativas a seguir.

I) Um mesmo código é utilizado para o controle das destinações da receita orçamentária e para controle das fontes financiadoras da despesa orçamentária.

**CERTO.**

II) O controle das disponibilidades financeiras por fonte e destinação de recursos **deve ser feito apenas durante a execução orçamentária.**

**ERRADO**, **ocorre já na elaboração da LOA.**

III) O princípio da não vinculação de receitas **veda a apresentação das receitas** por vinculação de recursos na proposta orçamentária.

**ERRADO**, **ele se restringe a impostos.**

IV) Na destinação ordinária ocorre a alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.

**CERTO.**

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I e II;
- (B) I e III;
- (C) I e IV;
- (D) II e III;
- (E) III e IV.

**Gabarito C.**

64. Um determinado órgão público recebeu notificação de cobrança de um credor que havia fornecido bens ao órgão no exercício anterior, mas que estava pendente em decorrência de não conformidade com a descrição do empenho, que foi anulado. Ao final do exercício em curso o fornecimento foi atestado e o credor reclamou o pagamento.

Tal pagamento se enquadra como:

- (A) compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício;
- (B) despesas não processadas na época própria;
- (C) despesas extraorçamentárias;
- (D) restos a pagar processados;
- (E) restos a pagar não processados.

**Se o empenho foi cancelado e o fornecedor se habilitou a posteriori, é um caso de DEA: despesas não processadas na época própria.**

65. Em determinado exercício, um ente público obteve R\$ 16 milhões em receitas de origem tributária e empenhou despesas de R\$ 15,2 milhões. Das despesas executadas, os valores dos serviços prestados e materiais recebidos efetivamente representam R\$ 14 milhões, dos quais 10% ficaram pendentes de pagamento. No início do exercício o ente público apresentava saldo de caixa igual a zero.

A partir das informações dadas, é correto afirmar que:

- (A) houve excesso de arrecadação;

**ERRADO, não há dados.**

- (B) houve economia orçamentária de R\$ 1,2 milhão;

**ERRADO, não há dados.**

- (C) o resultado orçamentário foi superavitário;

**CERTO, as receitas arrecadadas superam as despesas empenhadas.**

(D) o saldo final de caixa no exercício foi de R\$ 2 milhões;

**ERRADO, as receitas arrecadadas superam as despesas pagas, 3,4 milhões.**

(E) o montante inscrito em restos a pagar foi de R\$ 1,4 milhão.

**ERRADO, foi de 3,4 milhões.**

**Cabe recurso. Essa questão contém elementos fora do edital, indicadores contábeis está no MCASP Parte V.**

**Receitas arrecadadas: 16 milhões**

**Despesas empenhadas: 15,2 milhões.**

**Despesas liquidadas: 14 milhões.**

**Despesas pagas: 12,6 milhões.**

66. A despesa total com pessoal de um órgão ultrapassou o limite definido na Lei de Responsabilidade Fiscal no segundo quadrimestre de 2011, em R\$ 75.000,00. Considerando exclusivamente as informações dadas e as normas para recondução ao limite, o órgão deverá:

(A) eliminar ao menos 10% do excedente no quadrimestre subsequente;

(B) eliminar pelo menos 1/3 do excesso até o primeiro quadrimestre de 2012;

(C) eliminar todo o excedente até o final do exercício em que o limite foi ultrapassado;

(D) reduzir o excedente em pelo menos R\$ 37.500,00 até o final do exercício;

(E) reduzir todo o excedente até o primeiro quadrimestre de 2012.

O excesso foi de 75 milhões. A redução deve ocorrer em 3 quadrimestres. Sendo pelo menos 25% no terceiro quadrimestre de 2011. Assim, pelo menos 18,75 milhões no 1º quadrimestre subsequente: terceiro de 2011. O restante no 1º e 2º quadrimestres de 2012.

Gabarito: E.

Cabe recurso, pois todo o excedente deve ser reduzido até o 2º quadrimestre de 2012 e não até o 1º quadrimestre de 2012.

67. O Relatório de Gestão Fiscal é de elaboração obrigatória pelos Poderes e órgãos definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), porém com diferenças na periodicidade de publicação dos anexos. **No que tange à obrigatoriedade de relatórios a serem elaborados pelos órgãos do Poder Judiciário, o Manual de Demonstrativos Fiscais orienta que:**

- (A) o Demonstrativo da Despesa com Pessoal é o único anexo obrigatório em todos os quadrimestres;
- (B) o Demonstrativo da Despesa com Pessoal e o Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal são anexos obrigatórios em todos os quadrimestres;
- (C) o Demonstrativo da Despesa com Pessoal é obrigatório apenas no último quadrimestre;
- (D) o Demonstrativo da Dívida Consolidada é anexo obrigatório apenas no último quadrimestre;
- (E) o Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal é obrigatório apenas para o Poder Executivo, que consolida todos os Poderes.

Gabarito: A.

68. No exercício de 2014, um ente público foi notificado pelo banco do recebimento, acrescido de juros e multas, de valores lançados como receitas tributárias no exercício de 2009, mas não pagas no vencimento. O valor total foi de R\$ 127.000,00, sendo R\$ 7.000 relativos a juros e multas. O pagamento se deu após comunicação ao sujeito passivo da inscrição da dívida em seu nome. O recebimento de tais receitas deverá ser reconhecido:

- (A) como receitas extraorçamentárias, R\$ 127.000,00, pois foram lançadas em exercícios anteriores;
- (B) o principal como receita tributária, R\$ 120.000,00, e os juros e multas como receitas extraorçamentárias, R\$ 7.000,00;
- (C) como receitas tributárias, R\$ 127.000,00, no exercício em que se deu o recebimento;
- (D) o principal como receita tributária, R\$ 120.000,00, e os juros e multas como outras receitas correntes, R\$ 7.000,00;
- (E) como outras receitas correntes, R\$ 127.000,00, no exercício em que se deu o recebimento.

**Se houve a inscrição da dívida ativa do valor total, quando da arrecadação, será outras receitas correntes. Gabarito E.**

Quadro I – Dados extraídos do sistema de contabilidade de um órgão público referentes ao segundo bimestre em um determinado exercício.

Receitas		Despesas	
Impostos	1.000,00	Folha de pagamento	1.300,00
Taxas	200,00	Juros	250,00
Contribuições sociais	450,00	Atualizações cambiais da dívida	100,00
Multas	100,00	Multas	50,00
Juros	150,00	Material de consumo	450,00
Dívida Ativa	350,00	Aluguéis	600,00
Transferências correntes	1.500,00	Doações e auxílios	200,00
Operações de crédito	700,00	Diárias	300,00
Aluguéis	250,00	Aquisição de softwares	550,00
Serviços	150,00	Pagamento do principal da dívida	400,00
Amortização de empréstimos	300,00	Execução de obras	800,00
Depósitos em garantia	250,00	Aquisição de móveis	400,00
		Pagamento de restos a pagar	250,00

69. A partir das informações do Quadro I e das disposições legais e normativas relativas à classificação das receitas públicas, é correto afirmar que:

(A) as receitas tributárias foram de 1.650,00;

**ERRADO, 1200.**

(B) não houve recebimento de receitas extraorçamentárias;

**ERRADO, houve no valor de 250.**

(C) as receitas de capital totalizaram 1.250,00;

**ERRADO, 1000.**

(D) as receitas correntes representam menos de 2/3 do total arrecadado;

**ERRADO, Total seria: R\$ 5.150. Sendo que as de capital foram R\$ 1000. Assim, mais de 2/3 foram receitas correntes.**

(E) mais de 1/3 das receitas correntes não foram arrecadadas pelo ente.

**CERTO, as receitas correntes somam 4150. Assim, 1/3 seria R\$ 1383,33. As transferências correntes não são arrecadadas diretamente pelo ente.**

**Cabe recurso, faltou ele definir ou dizer que seria arrecadado diretamente pelo ente. Toda receita orçamentária é arrecadada.**

70. A partir das informações do Quadro I e das disposições legais e normativas relativas à classificação das despesas públicas, é correto afirmar que:

**Despesa Corrente: 1300, 250, 50, 450, 600, 300 = 2950.**

**Despesa de Capital: 100, 200, 550, 400, 800, 400 = 2450.**

**Despesa Extraorçamentária: 250 = 250.**

(A) as despesas correntes representam mais de 2/3 das despesas executadas no período;

**ERRADO**, **seria  $2950 / (2950 + 2450) = 2950 / 5400 = 54\%$ .**

(B) as despesas extraorçamentárias foram de 350,00;

**ERRADO**, **350.**

(C) houve redução do endividamento no período;

**ERRADO**, **operações de crédito = 700; pagamento do principal = 400. A dívida aumentou.**

(D) as despesas de capital totalizaram 2.250,00;

**ERRADO**, **seria 2450, pois doações e auxílios é despesa de capital.**

(E) houve equilíbrio no orçamento corrente.

**ERRADO**, **despesa corrente = 2950, receita corrente = 4150.**

**Cabe recurso. Essa questão contém elementos fora do edital, indicadores contábeis está no MCASP Parte V. Além disso, a opção D também está errada.**